

## Uma força europeia, para quê?

A guerra do Líbano, envolvendo três vizinhos da União Europeia com quem ela procura constituir uma área de democracia e paz, veio colocar de forma brutal a questão da violência, da sua legitimidade, das normas e regras do seu emprego. Estamos a falar do uso da força envolvendo entidades que fazem parte daquela que é provavelmente a mais ambiciosa política externa da União – a que desenvolve em relação aos países da sua periferia sul, com quem, no quadro do processo de Barcelona e da nova política de vizinhança, procura constituir uma área integrada, baseada na experiência dos alargamentos. Uma intervenção europeia, com forças militares, no sul do Líbano exige da União uma condenação inequívoca da violência ilegítima e uma definição muito clara de objectivos. Caso contrário, a União poderá estar a envolver-se numa estratégia que não é a sua e perder o capital de simpatia e atracção de que goza na região.

É a credibilidade da União e de alguns dos seus Estados membros, como a França, que explica por que uma tal força só pode ser liderada por europeus. Do Líbano a Marrocos há um desejo de mais Europa e por isso a União tem que ser capaz de corresponder não só às expectativas em termos de *deliver* mas também, e sobretudo, em termos de política. Para que a União continue a ser uma alternativa para a paz e a democracia no Médio Oriente, a sua política não se pode confundir nem com a da administração Bush nem com a de Israel.

Para a União, a violência é um último recurso, que só deve ser utilizado quando todos os demais estiverem esgotados. A repugnância europeia pelo uso da força, a convicção de que ela deve ser regulada e de que os que a usam em desrespeito dos valores e direitos fundamentais devem ser condenados tem de ser a característica fundamental da política externa da União. Pode haver Estados membros que usem a força numa perspectiva de potência tradicional mas a União nunca o poderá fazer sem pôr em causa os seus princípios fundadores. Mais, na ordem internacional, a União só se pode bater por esses princípios e valores – ela é de facto de Vénus e não de Marte, mas essa é precisamente a sua força. Por isso são completamente estranhos à União conceitos como os de guerra punitiva ou castigar populações pelas opções políticas que tomaram. Por isso os europeus são tão críticos dos que valorizam a política da força, em detrimento da diplomacia, como instrumento normal da persecução de objectivos políticos, legítimos ou não. Foi este repúdio da política de potência a razão primeira da oposição da maioria dos europeus à intervenção americana no Iraque, hoje presente na condenação da ofensiva militar de Israel contra o Líbano.

Não se pode decidir o envio de uma força de estabilização para o sul do Líbano para afirmar a União militarmente, para dizer que existe e que é capaz de projectar poder. O problema europeu não é a falta de força militar mas sim a ausência de uma política externa coerente para o Médio Oriente.

Uma força maioritariamente europeia no sul do Líbano, legitimada pelas Nações Unidas, integrando países do sul, pode ser um contributo para a paz. Ela deverá, apoiando-se no

exército libanês, reforçar a presença das Nações Unidas no sul do Líbano sem perda de tempo – os riscos de retrocesso são enormes. Mas não basta um acordo entre as partes, que pode ser precário; é preciso que a União defina uma política capaz de contribuir para garantir que o Líbano não volta a ser destruído por intervenções militares israelitas e que Israel viverá em segurança. Para isso é, também, decisiva a resolução da questão palestina.

Uma presença militar da União na região poderá ser um desastre político se não for acompanhada de uma alteração significativa da sua posição actual em relação à Palestina. É preciso aceitar os resultados das eleições e iniciar contactos com o governo eleito, continuando ao mesmo tempo a exigir do Hamas o abandono definitivo da violência e a apoiar os esforços de Abbas para um acordo interno.

Se a União não for capaz de diferenciar entre as diferentes correntes islamistas, uma presença militar europeia pode ser vista como enquadrando-se na estratégia americana de guerra global contra o terrorismo, que amalgamou na mesma nebulosa forças tão distintas como a al-Qaeda, o Iraque de Saddam Hussein ou o Hamas e o Hezbollah. Uma estratégia que fracassou, com as consequências que se conhecem.

A União tem que fazer do apoio à democratização a componente fundamental da sua acção. Democratização que é essencial para um Líbano soberano e para a criação de um Estado palestino, vivendo em paz com Israel. Isto significa aceitar que não haverá democratização sem a participação dos islamistas – não abandonando, obviamente, o combate político e ideológico, nomeadamente em relação às correntes radicais do islamismo e um combate implacável, mas guiado pela razão, contra o terror. A União deve defender que o processo democrático libanês é a melhor forma de garantir que o Hezbollah dissolverá as suas milícias e para isso é preciso garantir, também, que a Síria e o Irão cessam de interferir nos assuntos internos libaneses.

A União deve condicionar o apoio aos seus vizinhos ao respeito pelas convenções internacionais sobre o uso da força, em suma, das normas e princípios que solenemente todos, União e parceiros mediterrânicos, ainda em Novembro passado, reafirmaram em Barcelona. O desrespeito óbvio por parte dos principais actores do actual conflito não pode deixar de ter consequências para as relações com a União, que deverá aplicar os mecanismos de sanções previstos nos acordos de associação. É absolutamente inaceitável a resposta desmesurada, brutal, de Israel, que visa não apenas o Hezbollah mas o Líbano e as populações civis, que visa não apenas os sectores radicais do Hamas mas os palestinos, em claro desrespeito pelo direito internacional. Como também o é o ataque do Hezbollah, que tem responsabilidades políticas no Líbano, contra militares israelitas, ou os seus ataques contra as cidades, mesmo após a ofensiva de Telavive.

Só definindo uma política coerente para a região poderá uma força liderada por europeus ter sucesso. Esta conclusão é válida quer a força seja uma emanção da política europeia de defesa quer se trate de uma coligação liderada por um Estado membro – a França. Nos países árabes, a imagem da União confunde-se com a dos Estados que se opuseram à intervenção no Iraque. O Médio Oriente, paiol do mundo, nas fronteiras da União, precisa

de uma Europa capaz de afirmar uma política própria – se o conseguir, tal terá um enorme impacto na ordem internacional e, quem sabe, poderá multilateralizar a política americana. Se assim não for, uma intervenção militar europeia poderá pôr em causa, por muitos anos, a política da União para os seus vizinhos do sul.

Álvaro de Vasconcelos . Director do IEEI